



TERRITORIALIDADES ALTERADAS: MOVIMENTO PERIFÉRICO COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

TERRITORIALIDADES CAMBIADO: MOVIMIENTO PERIFÉRICO COMO UNA FORMA DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES

Diego Elias Santana Duarte

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP
Professor de Geografia na Rede Municipal de São Paulo no Fundamental II e Ensino
Médio, Secretaria Municipal de Educação, EMEF Gianfrancesco Guarnieri
Rua Domenico Fontana, Parque Lidia: CEP: 05854-080, São Paulo - São Paulo.
Email: ditufo@yahoo.com.br/geografiasuave@gmail.com

Resumo: Na presente pesquisa objetivamos apreender o impacto do movimento cultural “1daSul” no distrito de Capão Redondo no município de São Paulo, onde tal movimento atua de forma diferenciada, através de várias frentes como confecção de roupas, bonés, meias, toucas, selo de gravadora, organização de eventos de rap, editora de livros, consolida a proposta de valorização da periferia, principalmente na zona sul de São Paulo, por meio de discursos, debates, projetos e da produção simbólico cultural. Utilizamos para analisar tal realidade, o seu impacto no jovem morador do distrito a partir dos conceitos de segregação, socioespacial e territorialidade.

Palavras-chave: Territorialidade. Movimentos Periféricos. Cultura.

Resumen: En este estudio se tuvo como objetivo capturar el impacto del movimiento cultural "1daSul" en el distrito de Capão Redondo, en São Paulo, donde tal movimiento funciona de forma diferente, a través de varios frentes como la fabricación de ropa, sombreros, calcetines, gorras, sello discográfico, la organización de eventos de rap, editor del libro, se consolida el proyecto de mejora de la periferia, principalmente en la zona sur de São Paulo, a través de discursos, debates, proyectos y producción cultural simbólica. Utilizamos esta información para analizar la realidad, su impacto en la joven residente del barrio de los conceptos de segregación socio y territorialidad.

Palabras-clave: Territorialidad. Movimientos Periféricos. Cultura.

Introdução

Este projeto de pesquisa teve início com alguns questionamentos oriundos de um trabalho de extensão intitulado “De jovens para jovens afro-brasileiros”, realizado no período de graduação em geografia, especialmente nos anos de 2006 e 2007, na

Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente¹, assim como a partir da prática pedagógica na rede pública estadual de ensino no Distrito de Campo Limpo, no Município de São Paulo, em que observamos, no cotidiano dos educandos, o processo de valorização e desvalorização, de acordo com a localidade das respectivas moradias.

Tais aspectos, somados ao questionamento da formação da subjetividade do jovem, tanto do bairro onde mora, quanto da perspectiva da cidade a partir de seu cotidiano, fizeram-nos procurar formas de projeto que trabalhassem conteúdos geográficos para o embasamento da análise.

Dentro desse contexto, que envolve o jovem e a construção da territorialidade, destacamos o projeto “1daSul Capão Redondo”, no distrito de Capão Redondo que, segundo os dados do Censo IBGE de 2000, conta com 240.793 habitantes, numa área de 13,6 Km², resultando em uma das áreas que contém o maior número de favelas na cidade, além de ser explicitado nos dados de Sposati (1996; 2000), entre os distritos mais afetados por todas as formas de pobreza.

O referido projeto destaca-se nas redondezas por fazer parte de um movimento de resgate cultural e de valorização da cultura da periferia. Um de seus idealizadores, Ferréz², assim o define:

A “1DASUL” foi fundada em 1º de Abril de 1999 e tem como ideia ser uma marca voltada para a periferia, sendo desenvolvida por talentos urbanos, criando assim uma identidade autêntica com essas partes da cidade. O nome vem da idéia de todos sermos 1, na mesma luta, no mesmo ideal, por isso somos todos 1 pela dignidade das periferias. A marca com o tempo se tornou uma resposta do Capão Redondo e outras áreas para toda violência que nele é creditada, fazendo os moradores terem orgulho de onde moram e lutarem para um lugar melhor, com menos violência e mais esperança. Nós, brasileiros descendentes de escravos e índios nunca tivemos um símbolo sobre nossa linhagem, o logotipo da “1DASUL” em forma de fênix e com o número 1 em destaque é uma forma de termos nosso próprio brasão, e ele tem esse sentido de juntar a periferia³.

¹ O resultado do projeto citado foi apresentado em congresso pelo autor deste projeto de pesquisa, sob o título “A questão racial e a inserção do aluno negro no ensino superior”, no **V Congresso de pesquisadores/as negros/as (COPENE)**. Pensamento negro e anti-racismo: Diferenciações e percursos 2008. O trabalho de extensão consistia no estabelecimento de cooperação acadêmica entre alunos negros da graduação e alunos negros do ensino médio de uma escola pública situada em uma região carente, atendida precariamente pelos diversos serviços públicos no Município de Presidente Prudente.

² Ferréz, nome literário de Reginaldo Ferreira da Silva, híbrido de Virgulino Ferreira (Ferre) e Zumbi dos Palmares (Z), é uma homenagem a heróis populares brasileiros. Dados disponíveis em <http://www.ferrez.com.br> Acesso: 23/12/2010.

³ Consultado em <http://ferrez.blogspot.com/2005/06/o-que-1dasul.html>. Acesso 20/01/2011..

Desde a sua fundação, o movimento cultural divide-se em selo de gravadora, no fomento e divulgação de grupos de rap, organização de shows e atividades culturais, biblioteca, movimento literário⁴, panfletagem com temas próprios, fábrica de confecção de bonés, toucas, camisetas, moletons e meias com o símbolo do movimento⁵.

Dos materiais confeccionados, existem dois pontos de venda, um localizado no próprio distrito, outro inaugurado recentemente no distrito de Santo Amaro, também na zona sul.

Considerada pelos organizadores como a primeira marca exclusiva elaborada, confeccionada e vendida pelos moradores do Capão Redondo, visando como o público o próprio morador da periferia em geral, o movimento cultural “1daSul”, torna-se relevante pela proposta de formulação de valores subjetivos positivos no cotidiano e na autoestima do morador da periferia, pela marca, por livros, shows, fazendo com que o jovem possa refletir sobre o seu cotidiano, suas práticas e sua intervenção dentro deste processo, do ponto de vista espacial, considerando aquela parte da cidade, o seu “lugar”, de luta, resistência, etc.

A preciosidade do movimento cultural é uma valorização de pessoas da periferia para com a periferia, atendendo aos questionamentos de Martins (1992), sobre a necessidade de mudança no olhar para o subúrbio, até então analisado do ponto de vista dos moradores da região central, tal fato dá-se pela necessidade de:

Repensar a cidade, sua história, suas possibilidades. O olhar que decorre do vivido no subúrbio [...] é um olhar que revela outras dimensões da vida urbana, porque é outro o imaginário de que faz parte. Se a cidade é o lugar da festa o subúrbio é essencialmente o lugar do sofrimento e da tragédia (MARTINS, 1992, p. 18).

Tendo em vista esse quadro e considerando a relevância do tema a ser pesquisado, pretendemos analisar o papel do movimento cultural e a formação de novas territorialidades, e seu impacto, ao longo de dez anos de existência, na

⁴ O movimento cultural “1daSul” é estritamente ligado com o movimento de Literatura Marginal, tendo em Ferréz um de seus maiores expoentes, tal movimento caracteriza-se por ter uma linguagem, tema e objetivos específicos dos moradores da e para periferia, sendo divulgado por meio de saraus, livros, artigos, seções de revistas distribuídas na cidade e no Brasil, somado a participações internacionais em eventos de literatura.

⁵ Demonstra-se caminho fértil (possível análise futuramente) a análise do movimento a partir das concepções de Harvey (1992), que explicita o emprego da mão-de-obra das minorias negras, imigrantes, mulheres, em pequenos negócios familiares de maneira flexível para conseguir ultrapassar a crise do capitalismo, na década de 1970/80, nos países avançados, na transição do fordismo para a acumulação flexível.

formação da identidade espacial do jovem, tanto do bairro onde mora, como da cidade como um todo⁶. Para tanto, utilizaremos os conceitos de segregação socioespacial e novas territorialidades.

Os principais objetivo da presente pesquisa foram analisar o papel da “1DASUL”, como movimento de unificação para a valorização da periferia da zona sul de São Paulo, na formulação das novas territorialidade dos jovens moradores das áreas de atuação do projeto, além de investigar a conjuntura atual e o histórico de movimentos culturais, que trabalham na periferia e tentam transformá-la a partir de sua realidade.

Desenvolvimento.

Nas últimas décadas, o ambiente urbano foi e é foco de discussões sobre os problemas sociais de moradia, enchentes, segregação, dentre outros, vivenciados pelos desprivilegiados, sejam eles imigrantes, migrantes, negros ou nordestinos, tornando-se objeto de estudos de várias ramificações das ciências humanas, ora pela arquitetura e a sociologia, ora pela antropologia e geografia.

Porém notamos que as discussões fomentadas são desprovidas de sua conexão e interatividade com o espaço. Concordamos com Souza (2003, p. 28) quando salienta a preciosidade espacial da cidade. De acordo com o autor essa:

Não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham, uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

Dessas considerações, a cidade de São Paulo destaca-se por ser palco de conflitos sociais, econômicos e territoriais, simultaneamente mostra sua força sendo a maior cidade da América do Sul e uma das maiores do mundo. No contexto

⁶ Escolhemos o jovem por entendermos, de acordo com Claval (1997, p.97), que “a formação dos indivíduos termina quando eles interiorizam o quadro de valores que os insere em um destino coletivo [...] é neste momento que a institucionalização do indivíduo termina e que ele tem acesso ao mundo social pleno, o dos adultos. Ele adquire uma identidade que lhe dá um estatuto no grupo e o faz existir face às outras coletividades”.

internacional e no nacional, solidifica-se como polo industrial e de negócios, atraindo investimentos e pessoas dos mais variados lugares do globo.

Seu destaque originou-se no final do século XIX, com a expansão da economia cafeeira, devido à famosa “terra roxa”, e conseqüente formação de uma classe alta emergente. Com os lucros oriundos da cafeicultura, passou-se ao investimento em infraestrutura urbana e logo na atração de imigrantes e migrantes.

São Paulo, uma cidade antes relevante para o descanso das tropas, com destino para o sul ou para o norte do país, passou a se destacar pela comercialização e exportação do café, e uma incipiente estrutura urbana, além de um acentuado crescimento populacional.

Dentro desta miscelânea de acontecimentos, o cotidiano na cidade passa a ficar mais complexo. O crescimento populacional acelerado, com a falta de estrutura, proporciona um dos marcos da cidade: a segregação.

Sobre a cidade no final do século XIX e início do XX, Rolnik (2003, p. 28) destaca:

A explosão demográfica do período, fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.

Para a compreensão da complexidade da segregação urbana e suas origens, Caldeira (2000) destaca três padrões de segregação espacial na cidade, sendo que o primeiro, “do final do século XIX até os anos 1940 produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia”. Os ricos em casas unifamiliares, enquanto os pobres, principalmente os negros em cortiços, casas com vários cômodos alugados a diversas famílias (CALDEIRA, 2000, p. 211). Devido à impossibilidade de deslocamento, para áreas distantes, de forma rápida, os barões de café, escravizados, e trabalhadores de rua, andavam lado a lado e moravam perto uns dos outros.

O segundo padrão compreende os anos de 1940 até os 1980 e caracteriza-se pelo binômio centro-periferia, no qual os grupos sociais estavam separados por grandes distâncias, ricos ficando nos bairros centrais com boa infraestrutura e a periferia delegada aos pobres.

Um dos motivos balizadores que resultou nessa fase foi o plano de avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia, em que grandes avenidas foram construídas a partir do centro, favorecendo a especulação imobiliária, aumentando o preço das terras, originando um movimento cíclico de expulsão dos pobres do centro, levando-os as terras acessíveis economicamente, ou seja, na periferia onde não havia infraestrutura, e de certa forma ilegal.

Numa cidade concentrada como era São Paulo que havia crescido e mudado rapidamente, as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas no começo do século. Como também foi típico nas cidades Europeias no início da industrialização essas preocupações eram frequentemente expressas em termos de saúde e higiene sempre associadas a moralidade. Questões sobre como abrigar os pobres e como organizar o espaço urbano, numa sociedade que se industrializava estavam ligadas ao saneamento. Em conjunto, elas se tornaram o tema central das preocupações da elite e das políticas públicas durante as primeiras décadas do século XX.

A chamada “expulsão” do centro acompanhou o crescimento da cidade, num movimento centrífugo, dotado de planos e diretrizes sanitárias e embelezadores da cidade, embasadas no processo de zoneamento, delimitando a zona central, urbana, suburbana e a rural, para “regularizar e assegurar um crescimento urbano ‘racional’ visto que os verdadeiros compromissos do poder local com a comunidade ou com grupos específicos do setor privado podem ser identificados em alguns trechos do referido código” (SOUZA, 1994, p. 77)⁷.

As práticas reguladoras para a ocupação das bordas da zona urbana:

Ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza [...] Diga-se de passagem que a lógica de destinar as lonjuras para os pobres, assim como a de proteger os bairros exclusivos dos ricos, atravessou, incólume, nosso século (ROLNIK, 2003, p. 47).

Os administradores públicos a partir de então passam a especificar onde caberiam os investimentos públicos em infraestrutura e onde seria exercido maior

⁷ Souza (1994) em seu livro *Identidade da Metrópole*, faz um série de análises sobre as leis que originaram a especulação imobiliária e que contribuíram para o processo de verticalização do centro da Cidade de São Paulo, inclusive fazendo menção a Lei 3.427, de 19/11/1929; (Prefeito J. Pires do Rio) quando passa a adotar a Lei Estadual Nº 1.956, de 29/12/1917 a respeito do zoneamento da cidade (1ª. Zona ou Central, 2ª. Zona ou Urbana, 3ª. Zona ou Suburbana; e 4ª. Zona ou Rural) e as medidas de altura e espaçamento das edificações dentro das respectivas zonas.

controle fiscal para o cumprimento do planejamento, no caso das zonas Central e Urbana, reguladas e ditadas legais, uma vez que tais zonas aparecem com valorização constante, formando uma dualidade de legalidade-ilegalidade na qual o extralegal,

consistia em erigir construções em terrenos cujo desenho não havia sido aprovado pelos engenheiros municipais, ou em partilhar os lotes ou casas com habitações coletivas, gerando um espaço de alta densidade demográfica. Assim, bairros inteiros existiam sem, no entanto, ser reconhecidos como parte da cidade oficial, e a alta densidade do território popular causava repugnância e preocupação às elites, que se defendiam construindo bairros exclusivos e propondo favores fiscais e liberalidade construtivas para os empreendedores que desejassem construir casas populares em zonas precisamente delimitadas para tal, fora do perímetro central (ROLNIK, 2003, p.145).

O caminho para expansão passa então a ser aberto pelos especuladores e administradores da cidade através de várias iniciativas, por exemplo, o plano de avenidas de Prestes Maia, constituindo-se na abertura de grandes avenidas a partir do centro, preparando a cidade para uma “futura expansão paulistana [...] ao sabor de interesses dos capitalistas interessados, sem se inscreverem em nenhum plano conjunto, vindo a causar, sérios problemas urbanos futuros” (LANGENBUCH, 1971, p. 137).

Scarlato (1981) destaca a influência do automóvel e especifica que o redimensionamento da cidade foi ordenado principalmente pela entrada constante de novos veículos e construções de autopistas. Evidencia a formação radial-concêntrica pela distribuição de veículos particulares e pelos tipos de linhas de ônibus, onde o maior número encontrava-se ligando não somente bairros a região central, mas, os municípios vizinhos da capital ao centro, tendo em vista que:

O crescimento rápido, num espaço de tempo muito curto forçou a cidade a uma adaptação também rápida a entrada contínua de novos automóveis numa cidade cujos serviços públicos sempre apresentaram-se profundamente incapazes de acompanhar o ritmo das exigências da população que crescia em número e bens, como o automóvel (SCARLATO, 1981, p. 94).

Scarlato (1981) cita o documento da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que a mesma reconhece a imensidão do número de passageiros transportados na capital, em comparação e superação às grandes metrópoles como Tóquio, Londres e Paris, já na década de 1970.

Com o caminho especulativo aberto nas bordas da cidade, o seu perímetro suburbano e rural passa a abrigar primeiramente os “expulsos” do centro, em seguida, uma série de moradores advindos de todo o território, atraídos para a capital polarizadora de indústrias e mão-de-obra.

Com o crescimento populacional além do limite urbano, São Paulo passa a ter suas áreas de moradia espalhadas, sua produção de alimentos estendida e o que antigamente eram locais de pequeno comércio passam, então, a abastecer a cidade de alimentos, mão-de-obra e ter uma comunicação intensa.

Tal fato levou à anexação de municípios vizinhos, a exemplo, Santo Amaro, “celeiro” produtor de gêneros agrícolas para a capital, que passa a fazer parte da cidade de São Paulo a partir de 1935.

O município de Santo Amaro nasceu através do processo de aldeamento dos jesuítas em pontos estratégicos nos caminhos de ligação do planalto com o litoral e com os sertões, ao longo do século XVI, abrigando a primeira colônia de imigrantes alemães do Estado de São Paulo, no ano de 1829, mas ocupada de maneira relevante com relação aos caminhos e aos fluxos determinados pelo crescimento da cafeicultura (ZENHA, 1977).

A partir da construção da ferrovia “Cia. Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro”, as duas cidades passam a ter suas comunicações tanto de pessoas, gênero alimentício, dentre outros produtos, aceleradas, despertando interesse da especulação imobiliária e da administração pública paulista.

A empresa foi leiloada em 1900 e comprada pela “The São Paulo Railway Light and Power Co.”. A Cia Light foi responsável também, num processo conflituoso, pela construção “das represas do Guarapiranga (1906-1908) e Billings (1925-1926), pelas obras de retificação dos canais dos rios Jurubatuba, também conhecido como rio Grande, e do rio Pinheiros, formado pela junção do Jurubatuba com o rio Guarapiranga” (OLIVEIRA, 1996, p. 62).

Um dos principais impactos da estrada de ferro foi a possibilidade de expansão e crescimento de alguns núcleos circunvizinhos às estações (LANGENBUCH, 1971), e das outras obras, em relação ao impacto para São Paulo:

Ao mesmo tempo em que integrava o circuito de capital produtivo de energia, na sua forma material permaneceriam fixados no espaço da cidade; alterava substancialmente as possibilidades de uso da terra. Redefiniam-se tais possibilidades no sentido de uma adequação às necessidades novas que surgiam do crescimento e modernização da cidade (SEABRA, 1987, p. 168).

Esse conjunto de obras, acrescido com a anexação do município de Santo Amaro possibilitou o crescimento da cidade de São Paulo para o sul já que, em termos de comparação territorial, o município equivaleria hoje à zona sul, responsável por aproximadamente 45% do território da atual cidade de São Paulo, sendo que “ao sul do município, a periferia na região dos mananciais ou das represas, abriga atualmente mais de um milhão de pessoas, caracterizando uma ocupação massiva que se formou nestas últimas três décadas” (SEABRA, 2004, p. 300).

Neste sentido, outras informações que contribuem para diagnosticar a realidade da periferia são os trabalhos desenvolvidos por Sposati (1996; 2000), que caracterizaram a cidade por meio do “Mapa da Exclusão/inclusão da cidade de São Paulo”, apontando suas disparidades, concluindo que, enquanto parcela da sociedade desfruta de hospitais de primeira linha, vive em mansões, usufrui de carros importados, boas escolas, ruas e avenidas otimamente pavimentadas, um número considerável de delegacias, ou seja, são atendidos de forma eficaz em relação aos serviços públicos, a outra,

[...] refugia-se em favelas e cortiços, quando não permanece abandonada nas ruas. É vítima cotidiana da violência e não tem acesso aos direitos e à Justiça. Pendura-se em ônibus e trens superlotados e, se adocece, encontra precário atendimento. Seus filhos, quando conseguem, frequentam escolas deterioradas, que abandonam muito cedo (SPOSATI, 1996, p. 7).

As análises foram feitas com base nos 96 distritos da cidade e com 331 paróquias que compõem a Arquidiocese de São Paulo e as Dioceses de Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel, por acreditar que a “[...] abrangência chega a ser mais restrita do que a de um Bairro e estimulam a leitura da exclusão social como um fato próximo ao cotidiano do lugar onde vive o cidadão” (SPOSATI, 1996, p.11-12).

Os distritos de Campo Limpo e, especificamente, Capão Redondo são apontados nesses estudos como uma das áreas mais deficientes em todos os índices analisados, como discrepância, exclusão, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Outro estudo relevante sobre o distrito de Capão Redondo como parte segregada da cidade é Carril (2003), em que analisa a “recriação” da identidade dos rappers num território excluído, como estratégia de combate a migração e o forte processo de desterritorialização vivido pelos moradores da periferia, comparando o

denominado pela autora, quilombo urbano, com a resistência do quilombo no Brasil império⁸.

Tendo em vista as várias faces do tema abordado, utilizaremos a concepção de segregação de Villaça (2001, p. 142), considerando que esta “é um processo, segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole”. Nesse caso, a zona sul, representa 45% da extensão territorial do Município Paulista, onde os piores índices aglutinam-se em forma de relatórios que evidenciam o cotidiano, a pobreza, somando-se a dificuldade de usufruir dos serviços públicos devido à sua escassez na periferia.

Dessas considerações, Spósito (1996, p. 76) destaca que,

a segregação socioespacial é resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano.

Este processo não é desvinculado do passado histórico, nem ao menos do passado territorial, por isso para Lefebvre (1991, *apud* CASTRO & SALAS, 1993), a segregação urbana é um fenômeno social e espacial. Social por ter raízes e formas na organização da própria sociedade e nas relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si e na reprodução das condições materiais e subjetivas de existência; e espacial porque essas relações se estabelecem em um território desigualmente ocupado, diferencialmente simbólico e socialmente produzido.

Para esse autor, a produção social do espaço nas sociedades capitalistas é um fato intrinsecamente político e, por isso, contraditório desde a natureza das cidades. Sua sugestão para o estudo dos processos de segregação urbana leva em consideração quatro dimensões básicas: 1) análise da localização espacial das diferentes classes e setores sociais da cidade e seu acesso aos meios de consumo coletivo; 2) As repercussões culturais que se produzem ao conformar-se espaços urbanos compostos por um mesmo...; 3) A valorização que tem sobre seu habitat e sobre si mesmos, os grupos urbanos de menor poder aquisitivo, em função das

⁸ Sobre este assunto ver Campos (2005), este texto destaca-se por analisar na cidade do Rio de Janeiro em duas temporalidades aparentemente distintas “o quilombo periférico (espaço segregado do Brasil Império) e a favela (espaço de segregação urbana), para entender a questão da chamada violência urbana atual [...] consequência sem dúvida das políticas de exclusão sociopolítico-espacial dos segmentos mais empobrecidos da sociedade: os afrodescendentes” (p. 158).

relações sociais que estabelecem durante a vida e também o grau de satisfação de suas necessidades materiais e espirituais; 4) Os problemas de sociabilidade que surgem nessas comunidades devido às formas de relação predominantes entre seus membros e as limitações que impõem o meio ambiente em que estão localizadas.

Depois de destacada, torna-se necessária a reflexão e o aprofundamento dessa parte segregada, questionando o que as pessoas segregadas fazem diante de tal fato? Como buscam tais “comunicações” com o restante da cidade? Como reagem à problemática da deficitária estrutura urbana vivenciada cotidianamente? Como se reconhecem, ou, se isso acontece, como moradores de uma parcela da cidade? Ou ainda, como constroem a identidade como moradores da periferia?

Tendo em vista tais questionamentos, destacamos como necessário a análise do conceito de território que, segundo Raffestin (1993, p. 144) é,

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

O autor destaca o território com ênfase político-administrativa, ou seja, o território nacional, um espaço físico delimitado por fronteiras e regido por uma ordem jurídica e política. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço, tornando-o fruto das relações de poder, exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território.

A partir de tal perspectiva, acrescentamos os apontamentos de Haesbaert (1997), que delimita três abordagens de território 1- jurídico-administrativa, no qual o território representa o poder estatal; 2- cultural (lista), o território como dimensão simbólica e subjetivas, do imaginário e identidade social; 3- econômica, o território a partir da desterritorialização originada pelo embate das relações sociais e da relação capital-trabalho.

Para alcançar nosso objetivo, cabe destacar a função do poder em que o território é gerado, porém destacamos a problemática de que o embate oriundo desse processo ocorre, também, de uma maneira simbólica e identitária dos grupos que o constituem (HAESBAERT, 1997).

Sobre essa manifestação simbólica, apontamos como essencial a análise da territorialidade para o seu possível entendimento, tornando-se relevante por ser “uma ‘abstração’ também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de

um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural” (HAESBAERT, 2005, p. 10).

Sobre a territorialidade em sentido simbólico-cultural, apontados por Haesbaert (1997; 2004; 2005) enfatizamos, Sack (1986⁹ *apud* HAESBAERT, 2004, p. 3) que afirma:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significados.

Nessa perspectiva, como destacado pelos autores acima, o território exerce ao mesmo tempo e em diversas e diferentes combinações a prática de ser funcional e simbólico, tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2005).

Na produção do espaço urbano, Castells (2000) acrescenta um componente, ao tratar do processo e relações espaço-símbolo, a ideologia, sendo constituída de diversas formas, principalmente de forma generalizadora por meio de códigos, em que a comunicação dá-se por meio do reconhecimento entre os indivíduos e de reconhecimento de um mesmo código.

No processo de reconhecimento de um mesmo código pelos indivíduos em relação ao espaço-símbolo, o território torna-se:

suporte e produto de formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos, de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns nos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial (ALBAGLI, 2004, p. 39-40).

A partir da importância do estudo da parte segregada da cidade, da possível avaliação na perspectiva do território enquanto espaço de poder - com seus símbolos e identidades - apontamos a necessidade da abordagem por meio da ótica da identidade, analisando como tais identidades são formadas dentro do processo complexo da vida urbana por uma população segregada.

⁹ SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Salientamos a contribuição da abordagem cultural na análise da paisagem urbana, a partir dos apontamentos de Corrêa (2003), em que explicita três pontos de ligação entre a geografia cultural e o urbano, são eles: a) toponímia e identidade se destacam por ter um forte poder identitário, por meio da marca cultural expressa na apropriação do espaço; b) a cidade e a produção de formas simbólicas, as formas simbólicas como uma forte transformação cultural através de relações de poder; c) a paisagem urbana e seus significados, a leitura da paisagem urbana por meio de múltiplos contextos histórico-culturais.

Sobre geografia cultural, destacamos a concepção de Claval (1997, p. 89):

A geografia cultural é associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar.

Na perspectiva materialista histórico-dialética, salientamos as contribuições de Cosgrove (2003, p. 103), para quem a “produção e reprodução da vida material são necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica”. Aponta como tarefa da geografia cultural apreender a dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, bem como a concepção de prática metodológica, constituímos nossa metodologia a partir revisão bibliográfica; levantamento de dados e mapas; observação e visitas ao espaço de convivência do movimento; entrevistas informais, semi-estruturadas, aplicação de questionários e conversa em grupo.

Conclusão

Devido ao fato da pesquisa encontrar-se em andamento, podemos salientarmos que, até o momento, identificamos uma série de características, dentre as quais a constituição do pertencimento espacial causado após a participação dos jovens em tais movimentos, fazendo com que os mesmos passem a ser propagadores das ideias de preservação e melhorias para a comunidade da qual fazem parte, assim como passam a tornarem-se curiosos sobre a formação do bairro, da vegetação, dos córregos, escolas, saneamento básico, renda, dentre muitas outras informações, passando a comparar a sua comunidade com o restante da cidade e a objetivarem o

“ser” cidadão, participação em outros movimentos, que têm como melhoria do seu bairro o foco principal, instalações de bibliotecas, centros comunitários, ONG's, festas populares, dentre outras.

A partir de tais perspectivas notamos a relevância do movimento para a transformação das concepções territoriais dos jovens participantes, onde os mesmos tornam-se propagadores de novas ideias e concepções de “ser” e de “pertencer” àquele lugar.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano; LAGES, Vinícius (org.). **Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: Sebrae, 2004, p. 24-70.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000, p.257 -329.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 208 p.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura).

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: Conceitos e Temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTRO, Franklin Solan; SALAS, Minor Mora. Segregacion urbana: um acercamiento conceptual. **Revista de Ciências Sociais**. Universidade de Costa Rica, n° 61, 1993, p. 17- 26.

CLAVAL, Paul. As Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. (Orgs.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224 p.

COSGROVE, Denis. E. **Em direção a uma geografia cultural radical: problema da teoria**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, X, 2005, São Paulo. **Anais**. USP. p. 6774-6792.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano do fim do Império ao fim da República velha. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

OLIVEIRA, Edílson Luís de. **Projeto Interlagos – “a praia” que faltava a São Paulo**: contradições e significado da inserção de Santo Amaro/Zona Sul na formação sócio-espacial Metropolitana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 2003 (Coleção Cidade Aberta).

SCARLATO, Francisco Capuano. **Indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial na metrópole paulistana**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1981.

SEABRA, Odette C. L. **Meandros dos Rios nos Meandros do Poder Tietê e Pinheiros**: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1987.

SOUZA Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que faz de uma cidade uma cidade?** In: _____. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 23-47.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

_____. (org.). **Mapa da exclusão-inclusão social da cidade de São Paulo**. Dinâmica social dos anos 90. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Polis/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**, Dourados, n° 4, 1996, p. 71-86.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana. In: _____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001, p. 141 - 156.

ZENHA, Edmundo. **A Vila de Santo Amaro**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.

Recebido em: 27/03/2013

Aceito para publicação em: 10/05/2013